

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA DOZE DE**
3 **FEVEREIRO 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO**
4 **SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h51min. QUORUM DE ABERTURA:**
5 Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da
6 sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Severina Alda de Aguiar (representante
7 da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais – suplente); Gilmar da Silva Lima
8 (representante do governo - SEMDESC); Rosilene Cordeiro Maximo da Cunha (representante da
9 sociedade civil - Associação Mão Amiga); Rúbia Janaina da Silva Rodrigues (representante da
10 sociedade civil - APAE); Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil – Psicólogos);
11 Dilma das Graças Queiroz (representante da sociedade civil - Abrigo Frei Anselmo); Maria Martins
12 Silva Gomes (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa) e Eudes Barbosa da Costa
13 (representante do governo – Gabinete). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da
14 SEMDESC, Larissa Carolina de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos, e Kamilla
15 Sousa Sales, Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC. Lucidalva iniciou a reunião
16 agradecendo a presença de todos. Passando ao ponto de pauta: apreciação e deliberação do
17 “*Relatório SIM-SUAS do mês de janeiro/2015*”, Lucidalva passou a leitura dos relatórios. No
18 momento da análise dos dados da Proteção Social Especial, Lucidalva informou que após
19 intervenção do CMAS junto ao Ministério Público acerca da suspensão do serviço de acolhimento
20 adulto foi realizado um Termo de Ajuste de Conduta – TAC que propiciou a reabertura do serviço.
21 Na oportunidade Lucidalva questionou a conselheira Maria Martins acerca da reabertura da Casa do
22 Caminho – Casa de Passagem Adulto. A mesma informou que a Casa estaria se reorganizado para
23 retomar o serviço, inclusive com seleção de cuidadores, uma vez que os mesmos foram
24 dispensados no final do ano. Severina Alda sugeriu que fosse realizada uma análise dos dados
25 procurando envolver outros conselhos de direitos, uma vez que estaria percebendo que as demandas
26 abarcariam competência desses outros conselhos. Lucidalva concordou com a pertinência da
27 proposta sugerindo ainda que a ação fosse planejada semestralmente. Sendo acatada por todos
28 presentes. Severina Alda sugeriu ainda uma análise anterior a reunião dos relatórios, com vistas a
29 melhor entendimento dos conselheiros. Após discussões foi decidido por todos, transferir a reunião
30 ordinária para as 14 horas, e dessa forma realizar uma pré-reunião às 13 horas com a Comissão de
31 Instrumentos Legais. Havendo a necessidade de recomposição da Comissão a conselheira Rosilene
32 passou a compor a mesma, em substituição a ex conselheira Ilma. Retomando a análise dos
33 relatórios, Lucidalva questionou ao secretário e conselheiro Gilmar o excedente de crianças e
34 adolescentes acolhidos nas Casas Lares. Gilmar informou que em conversa com o promotor da
35 infância e adolescência, explicando que o serviço não poderia funcionar com este excedente, o
36 mesmo acenou que cabe ao poder público oferecer as condições necessárias para o serviço

37 funcionar bem, e dessa forma abrir uma terceira unidade. O que segundo Gilmar foi prontamente
38 contestado, uma vez que não existe condição alguma para isso. Lucidalva pontuou que a partir do
39 momento que aceitasse o excedente, abre-se um precedente para a reabertura de outras unidades,
40 tornando estes equipamentos depósitos. Severina Alda falou da morosidade dos processos, e que se
41 não houver uma mudança de nada adiantaria aumentar a quantidade de equipamentos de
42 acolhimento. Rosilene lembrou que a juíza da infância e adolescência estaria saindo do município,
43 e que dessa forma seria importante abordar o próximo juiz com vistas a encontrar uma solução para
44 este problema. Severina Alda sugeriu que fosse marcada uma reunião com o novo juiz, CMAS, o
45 CMDCA, o ministério público e os equipamentos do serviço de acolhimento. Sendo a proposta
46 acatada por todos. Após análises e discussões, Lucidalva colocou para votação os Relatórios do
47 SIM SUAS – Janeiro de 2015, sendo aprovados da seguinte forma: Gilmar (aprovou); Rosilene
48 (aprovou); Maria (aprovou); Lucidalva (aprovou); Rúbia (aprovou); Neuzira (aprovou); Dilma
49 (aprovou) e Eudes (aprovou). Passando ao segundo ponto de pauta “*Plano de Trabalho para 2015*”,
50 Lucidalva falou da necessidade de realização do documento, ficando a cargo da Comissão de
51 Instrumentos Legais as providências necessárias. Quanto ao terceiro ponto de pauta “*Planejamento*
52 *das visitas de fiscalização*”, Lucidalva pediu que a Comissão responsável fizesse o firme
53 compromisso em realizar as visitas pendentes. Na oportunidade, Lucidalva questionou acerca das
54 mudanças de endereço dos equipamentos. Gilmar informou que houve uma realocação das duas
55 unidades de Casas Lares e também do CRAS Pólo 1. Os presentes questionaram a locação do
56 imóvel às margens do córrego, onde estaria funcionando a Casa Lar Unidade I, a qual acolhe
57 adolescentes, e que estes estariam ficando expostos à curiosidade popular e ainda a possível ponto
58 de comercialização de drogas. Lucidalva colocou ainda a necessidade de dar ao CRAS maior
59 visibilidade e melhor acesso dos usuários. Dessa forma sugeriu que houvesse uma troca de locais,
60 passando a Casa Lar Unidade I para as instalações do CRAS Pólo 1, o qual estaria funcionando à
61 rua Abaeté no Bairro Nossa Senhora Aparecida. Após discussões ficou decidido que a Comissão de
62 Fiscalização faria uma visita aos locais, com vista a verificar a possibilidade. Quarto ponto de pauta
63 “*Calendário de reuniões para 2015*”, foi decidido manter as reuniões ordinárias na segunda quinta-
64 feira de cada mês, mudando apenas o horário de início, o qual passou a ser às 14 horas. Em
65 “*Informes Gerais*” Lucidalva informou a recebimento de ofício do MDS nº 7362 e 7364, que
66 comunicava a prorrogação de prazo do processo de justificativas referentes às impropriedades na
67 aplicação de recursos de cofinanciamento federal nos anos de 2006 e 2007, em seguida procedeu a
68 leitura de ofício da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN informando posicionamento
69 do referido processo, o qual informava que foi realizada solicitação de cópias de documentos junto
70 ao MDS, bem como o ex prefeito Antério Mânica também teria solicitado os referidos documentos.
71 Em seguida Lucidalva informou o recebimento de ofício do ministério público informando que
72 quanto a solicitação do CMAS de análise da situação das denúncias de cobranças indevidas na

73 inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, foi feito o arquivamento do processo e a situação
74 foi encaminhada para investigação policial. Em seguida passou a Comissão de Acompanhamento
75 das PCHs o relatório semestral da PCH Mata Velha e o relatório de complementação do PAS da
76 PCH Bebedouro. Em seguida repassou a Comissão de Análise de Instrumentos Legais o Plano de
77 Ação do
78 Abrigo Frei Anselmo de 2015. E repassou a Comissão de Inscrição de Entidades, Serviços,
79 Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social o pedido de inscrição do CEPASA junto ao
80 CMAS. Em seguida acusou o recebimento de retorno do CEAS, do CFESS e do CRESS quanto a
81 solicitação de manifestação dos mesmos acerca da demissão de profissional na entidade em que
82 prestava serviço por possível retaliação no exercício da função de conselheira. Os órgãos citados
83 responderam que seria uma demanda trabalhista, orientando dessa forma procurar a justiça
84 competente. Terminados os informes gerais, Neuzira questionou se a emissão das carteiras de passe
85 livre estadual não poderiam acontecer nos CRASs. Gilmar concordou que a emissão das carteiras
86 realizadas nos CRAS seria até mesmo uma solução para a crescente demanda que se forma na sede
87 do órgão gestor. No entanto, diante as dificuldades que se teriam nos equipamentos, especialmente
88 de logística, decidiu-se estudar melhor a proposta. Na oportunidade Rúbia ressaltou o
89 descumprimento da lei na emissão das carteiras para uso do transporte coletivo urbano e rural.
90 Neuzira solicitou ainda o encaminhamento de um motorista para atender o CRAS Pólo 3. Diante o
91 grave déficit de profissionais no quadro da SEMDESC, Neuzira sugeriu que o Departamento de
92 Habitação passasse a atender a população no CRAS Pólo 3, e dessa forma a técnica Claudinéia
93 atenderia o território do CRAS. Dessa forma, a técnica Márcia atenderia o CRAS Pólo 1, retornando
94 a técnica Luana ao atendimento da zona rural na equipe volante. E sugeriu ainda que a técnica
95 Severina Alda assumisse as Casas Lares, vez que a técnica que atende o equipamento está saindo
96 para assumir concurso na cidade de Brasília. O secretário e conselheiro Gilmar acatou as sugestões
97 dizendo que caberia apenas a aceitação da técnica Severina Alda, a qual aceitou ressaltando porém
98 que precisaria de muito apoio para organizar o serviço, e que seria em caráter temporário até a posse
99 dos aprovados em concurso. Gilmar se prontificou a providenciar o mais rápido possível as
100 mudanças sugeridas. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião agradecendo a
101 presença de todos e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por
102 todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:16h10min.**